



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

EMENDA Nº – CCJ
(ao PL nº 1243, de 2021)

Suprima-se o § 3º do art. 219, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nos termos do art. 1º do PL nº 1.243, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Além da tragédia decorrente da morte de centenas de milhares de brasileiros, o avanço da pandemia do Coronavírus tem causado prejuízos incalculáveis para a grande massa de trabalhadores e empresários cujas atividades foram impactadas com a desaceleração da economia. O projeto de lei em tela insere-se no contexto, ao propor a flexibilização dos procedimentos de assinaturas eletrônicas do cidadão em geral para realizarem os atos que necessitam de assinatura autógrafa, em função dos recentes eventos decorrentes do novo Coronavírus (Covid-19).

O autor da proposição justifica a apresentação do projeto baseado no momento excepcional em que a população está sendo obrigada a evitar deslocamento e aglomerações, fazendo-se necessário possibilitar outros meios do cidadão continuar realizando seus negócios, especialmente por meio eletrônico e, para tanto, ampliando as possibilidades das previsões legais já existentes.

Ocorre, porém, que a medida incorre em inconsistências que merecem a devida consideração deste colegiado, sobretudo em razão das suas implicações sobre a validade jurídica, integridade, segurança, rastreabilidade e não-repúdio de assinaturas de atos e documentos.

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SF/21122.28191-25



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Nesse contexto, cabe lembrar que A ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira) representa o sistema de certificação digital de maior nível de segurança em operação no País. Segundo o § 1º do art. 4º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, as assinaturas eletrônicas geradas a partir de certificados vinculados à ICP-Brasil dispõem do “nível mais elevado de confiabilidade a partir de suas normas, de seus padrões e de seus procedimentos específicos”.

Além disso, a referida lei promoveu importantes alterações no arcabouço normativo que disciplina os processos de certificação digital no Brasil. Entre outras medidas, a nova legislação autorizou a emissão de certificados padrão ICP-Brasil por meio de videoconferência e estabeleceu regras para o uso de assinaturas eletrônicas nas interações com instituições públicas e por profissionais da área de saúde. Isso porque um dos objetivos da Lei nº 14.063, de 2020, foi facilitar a realização de transações eletrônicas seguras no País, de modo a evitar o deslocamento e a aglomeração de pessoas, reduzindo-se, assim, o risco de disseminação do Coronavírus, o que vai ao encontro da justificativa do autor do projeto quando o apresentou.

Dessa forma, solicita-se a supressão do § 3º, uma vez que a emissão de certificados padrão ICP-Brasil são as mais seguras disponíveis atualmente e a ICP-Brasil adotou medidas que facilitam a emissão dos certificados digitais, como exposto acima.

Sala das Comissões, 05 de outubro de 2021.

Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SF/21122.28191-25